n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições :

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º São consideradas válidas para todos os efeitos as resoluções da competência da comissão administrativa da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Pôrto (Douro-Leixões) tomadas pelo respectivo presidente durante o período de tempo em que aquela comissão esteve impossibilitada de funcionar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 18 de Abril de 1932.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — Mário Pais de Sousa — José de Almeida Eusebio — António de Oliveira Salazar — António Lopes Mateus — Luiz António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição Autónoma de Justiça e Cultos

Decreto n.º 21:116

Tendo o governador de S. Tomé e Príncipe exposto sôbre a necessidade de atribuir ao subdelegado do julgado ordinário da Ilha do Príncipe competência para praticar actos de registo predial, em virtude dos embaraços que ao comércio e agricultura da ilha causa a centralização de tal serviço na sede da comarca;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições :

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º O subdelegado do Procurador da República no julgado ordinário da Ilha do Príncipe terá a seu cargo, quanto ao julgado, os serviços de delegado da Conservatória do Registo Predial da comarca de S. Tomé.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Dado nos Paços do Govêrno da República, em 18 de Abril de 1932.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—

Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — Mário Pais de Sousa — José de Almeida Eusebio — António de Oliveira Salazar — António Lopes Mateus — Luiz António de Magalhães Correia — Fernando Augusto Branco — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

Direcção Geral Militar

1.ª Repartição

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o

Decreto n.º 20:905

Tendo sido, pelos decretos n.ºs 19:892, de 15 de Junho, e 20:672, de 26 de Dezembro de 1931, postas em vigor na metrópole diversas alterações ao Código de Justiça Militar, tendentes a simplificar a constituição e funcionamento dos tribunais militares territoriais e fixando novos limites aos valores para a gradação de penas aplicáveis aos crimes previstos pelos artigos 218.º e 226.º a 230.º do mesmo Código;

Considerando que a justiça militar nas colónias se regeu sempre pelos códigos metropolitanos, com as modificações derivadas da organização especial das forças coloniais;

Sendo portanto conveniente tornar extensivas às colónias todas as disposições dos referidos decretos que nas colónias sejam aplicáveis;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições :

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º São extensivas às colónias todas as disposições aplicáveis dos decretos n.ºs 19:892, de 15 de Junho, e 20:672, de 26 de Dezembro de 1931, com as alterações constantes dos artigos seguintes.

Art. 2.º Os tribunais militares territoriais das colónias serão constituídos por dois juizes militares, dos quais o mais graduado servirá de presidente, e por um auditor, juiz togado.

Art. 3.º A nomeação dos juizes militares será feita pelo quartel general ou repartição militar da respectiva colónia, por escala, sôbre uma lista formada por ordem de postos e antiguidades dos oficiais superiores e capitães residentes na sede do tribunal e que estejam nas condições do artigo 249.º do Código de Justiça Militar.

Art. 4.º A nomeação a que se refere o artigo antecedente começará pelos mais antigos, com as exclusões indicadas no artigo 10.º do decreto n.º 12:393, de 27 de Setembro de 1926.

Art. 5.º Os juizes militares serão substituídos, de quatro em quatro meses, por oficiais dos respectivos postos a quem esse serviço pertença por escala, nos termos do artigo 3.º deste decreto com força de lei.

Art. 6.º Na composição dos tribunais militares territoriais, salvo impossibilidade, não deverá entrar no mesmo quadrimestre mais de um oficial de cada unidade, estabelecimento ou repartição militar, e serão nomeados de preferência os mais graduados, e, em igualdade de gradação, os mais antigos.

Art. 7.º Os juizes militares, depois de nomeados e antes de findo o quadrimestre, só poderão ser substituídos nos casos seguintes :

1.º Quando sejam promovidos;

2.º Incorrendo em alguma inabilidade legal ou em algum dos casos de exclusão;